

O FRACASSO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA SOB UMA PERSPECTIVA DE EXCLUSÃO SOCIAL

Luana Pereira da Costa ¹

Carolina Zanella Queiroz²

Faculdade Padre João Bagozzi- luanapcosta1@gmail.com

RESUMO

A educação partindo dos princípios constituintes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei esta 9394/1996, pressupõem-se uma vertente importante para o País sair do seu atraso cultural e adquirir condições de competitividade no cenário mundial. Porém, uma realidade distante, visto que a universalização da educação básica tem fracassado em seus objetivos iniciais. Assim, para abordar os modelos de fracasso escolar e a exclusão social promovida por estes fracassos, partimos de pressupostos históricos, desde a universalização da educação básica, a garantia ao acesso e a permanência na escola pública e os padrões de qualidade obtidos após esta democratização. Através de números obtidos por indicadores sociais e Institutos de pesquisas, indagamos-nos sobre o papel cumprido por esta escola ou pelo desserviço prestado por esta. Pois, a quantidade de pessoas classificadas como alfabetizadas funcionalmente alcança 27 % da população investigada e revela uma manutenção de resultados obtido em 2011 no INAF Brasil. Nesta perspectiva, o objetivo maior desta pesquisa realizada através de revisão bibliográfica, foi investigar algumas linhas de pensamento que norteiam e permeiam a prática escolar na tentativa até os dias atuais, afim de responder o fracasso e suas implicações. Finalizamos este estudo, na tentativa de estabelecer um paralelo entre a subjetividade do fracasso advindo da escola e as consequências sociais colhidas pelos indivíduos através dele, uma vez que as injustiças sociais continuam aumentando, e se por um prisma temos o relevante aspecto histórico da universalização da escola pública sendo atenuado, por outro, os números alarmantes das mais diferentes pesquisas são preocupantes, no que tange a qualidade da educação que tem sido ofertada as camadas mais populares. Some-se a isto, a exclusão promovida pela escola não leva em consideração tratar apenas daqueles que estão fora do contexto escolar, outrossim, também daqueles que encontram-se matriculados, mas por sua vez, não logram êxito em sua trajetória. Desse modo, estamos próximos de perceber que também a escola pode estar a serviço da produção das desigualdades e exclusão social vivenciada por nós diariamente.

PALAVRAS CHAVES: Exclusão Social, Fracasso Escolar, Universalização do Ensino.

INTRODUÇÃO

A educação é um constante movimento de busca que leva o ser humano à capacidade de aprender, não só para adaptar-se, mas também, em especial, para transformar a realidade, por meio de intervenções e recriações históricas. (LIMA 2007)

O Brasil, por meio da reforma educacional implantada pela nova LDB/96, reflete a centralidade da educação, concebendo-a como uma esfera importante para o País sair do seu atraso cultural e adquirir condições de competitividade no cenário mundial. Outrossim, também a Constituição Federal de 1988, art. 205 descreve que é necessário haver igualdade entre os seres humanos e preparação destes para a vida de forma íntegra sendo a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. ((BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 137).

Cientes de como já tão bem descrito por Paulo Freire, se a educação sozinha não é capaz de mudar a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade é capaz de mudar. Isso pois, o caráter maior da escola é transcender o ser humano, emancipá-lo, para que este possa intervir e posicionar-se sobre sua realidade. Porém o acesso garantido à escola pública não tem sido uma garantia de oportunidades educativas. Vivemos um momento de desigualdades se comparadas às mesma oportunidades de acesso ao conhecimento, ofertadas nas redes privadas de ensino. Os indicadores sociais demonstram através de números, que o fracasso educacional presente na escola pública atual, tem irradiado diversos outros fatores, que a falta de conhecimento formal, sistematizado, impede sim que, o indivíduo desenvolva-se de modo mais pleno e amplo. A problemática percebida neste contexto, concerne em analisar que o objetivo de democratizar a escola pública e garantir seu acesso por toda a população, não tem alcançado aquele que deveria ser seu condicionante maior. Todos passam pela escola, mais poucos são os alunos que de fato adquirem conhecimento a ponto de serem transformados por estes. (FREIRE, 2000 p. 57)

Em alguns dados especificados no percurso dessa discussão, nota-se que 27% da população entrevistada hoje, faz parte dos considerados analfabetos funcionais. Este grupo, é constituído de pessoas que, não conseguem ler e interpretar textos, demonstram dificuldades em expressar-se através da escrita e de compreender propostas simples, por isso tornam-se ocupante das vagas de subempregos existentes na sociedade, vivem na informalidade ou ainda submetem-se à condicionantes de trabalho muito desfavorecidas ou a mercê do Estado.

Contudo, o fracasso escolar em suas mais diversas variantes tem incidência direta nas formas de exclusão social predominante em nossa sociedade e na manutenção desta. (FREIRE, 2000, p.57, INAF 2016)

UM BREVE HISTÓRICO DO ACESSO DEMOCRÁTICO À ESCOLA E A QUALIDADE DESSA UNIVERSALIZAÇÃO OFERTADA

A universalização do ensino básico no Brasil é algo recente, segundo Oliveira (2007) a maior expansão pode ser observada mais propriamente no fim do século XX, onde a falta de vagas em escolas públicas passam a ser superadas e vem a democratizar a educação. Uma vez que a falta de vagas era o agente de exclusão predominante, com a escola democratizada, subentende-se que a exclusão promovida pela falta de conhecimentos e habilidades aprendidas na escola, fosse algo superado. Porém, a garantia ao acesso não é a única medida necessária para formar pessoas e cidadãos para essa sociedade, faz se necessário que a escola e o ensino ofertado sejam de qualidade. Oliveira (2007) defende;

Além do atendimento à demanda por mais educação, debatemos-nos com a tensão entre o direito à educação de qualidade para amplos contingentes da população ou sua negação, o que pode tornar inócua a democratização do acesso, quer seja por sua distribuição diferenciada, quer seja por, e também, relegar a qualidade a nichos de privilégio no interior do sistema educacional. (OLIVEIRA, 2007, p.666)

Como aponta Soares (1989), a exclusão escolar não leva em consideração tratar apenas daqueles que estão fora do contexto escolar, outrossim, também daqueles que encontram-se matriculados mas, não logram êxito em sua trajetória na escola, pois não concluem o Ensino Fundamental, uma vez que reprovados, abandonam o percurso do processo. O desafio de superação de uma instituição escolar excludente, para a ampla maioria da população brasileira, toma paralelos diferentes e permeados de dicotomias: segundo Lima (2012) de uma exclusão da escola, para uma exclusão na escola. Como também afirma Oliveira;

Os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado. Setores mais pobres reprovam mais, evadem mais, concluem menos, o mesmo ocorre com negros e meninos, mas, mais importante que isso, aprovam mais, permanecem mais e concluem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional, ainda que permaneçam como os setores mais excluídos. Só que não são excluídos da mesma maneira que no passado! O ponto é que, se não se enfatizar a positividade que a universalização do ensino fundamental representa, não conseguiremos compreender porque os desafios passam a ser outros. (OLIVEIRA 2007, p.682)

Se por um prisma temos o relevante aspecto histórico da universalização da escola pública sendo atenuado, por outro, os números alarmantes das mais diferentes pesquisas são preocupantes, no que tange a qualidade da educação que tem sido ofertada em nossas escolas. Segundo dados do Ideb/Inep (2015), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira, hoje responsável pelo Censo Escolar, divulgou em 2015 os seguintes dados:

- Em Língua Portuguesa no 5º ano, dos 2.438.249 alunos, 1.225.082 demonstraram o aprendizado adequado. Ou seja, 51% dos alunos.
- Em matemática no 5º ano, dos 787.739 alunos, 105.622 demonstraram um aprendizado adequado, ou seja, apenas 13% dos alunos.
- Bahia é um dos estados com menor proficiência de aprendizagem, apenas 29% de todos os alunos matriculados na rede municipal de Ensino alcançou índices considerados adequados de aprendizagem. Sendo que na disciplina de matemática este índice ficou em 25%.
- Estados como Goiás e Rio Grande do Sul, demonstram uma queda de 3 pontos no índice de aprendizagem avaliado em 2013 e novamente em 2015. Demonstrando retrocesso nos níveis de aprendizagem perseguidos pelos estados é que de ao menos 70% em 2022. (Fonte Prova Brasil 2015, Inep)

Para contextualizar, o termo “aprendizado adequado”, existente nos índices demonstrados pelo Inep, ressaltamos que o termo deve-se a Prova Brasil, onde o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala, Escala SAEB. Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. No QEduc, considera-se que alunos com “aprendizado adequado” são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado. (Fonte: Prova Brasil 2015, Inep.)

Um grupo de estudo especial, formado pelo Instituto Montenegro em 2016, para analisar e refletir sobre dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), revelam os

níveis das escalas de alfabetismo que passou a se organizar em cinco grupos que retratam distintas condições de alfabetismo: Analfabeto, Rudimentar, Elementar, Intermediário e Proficiente. Esse novo agrupamento permitiu distribuir melhor a população anteriormente classificada nos níveis Básico e Pleno de Alfabetismo, bem como, compreender as habilidades e práticas que compõem esses grupos a partir da revisão da escala de proficiência com base na análise dos itens que compõem o banco do INAF. Desse modo, o novo agrupamento permitiu melhor discriminar o grupo dos alfabetizados funcionalmente.

Tabela 1 – Distribuição da população pesquisada por grupo de alfabetismo Grupo %

Grupo	%	N^o de respondentes
Analfabeto	4%	88
Rudimentar	23%	457
Elementar	42%	843
Intermediário	23%	453
Proficiente	8%	161
Total	100%	2002
Analfabeto + rudimentar: analfabetos funcionais	27%	545
Elementar, intermediário e proficiente: alfabetizados funcionalmente	73%	1.457

Fonte: INAF 2015

Os resultados indicam que dos 27% das pessoas entrevistadas, foram classificadas como analfabetas funcionais, sendo apenas 4% correspondente ao grupo de pessoas consideradas analfabetas, já que tentativas de leitura. A pesquisa ainda retrata que pessoas com idade entre 15 e 64 anos nessa condição de analfabetismo, se mantém estável na comparação com os resultados obtidos em 2011 na última edição do INAF Brasil, que utilizou o mesmo corte utilizado neste estudo (menos de 95 pontos na escala INAF). Do mesmo modo, a quantidade de pessoas classificadas como alfabetizadas funcionalmente alcança 73% da população investigada, o que também revela a manutenção do resultado obtido em 2011 no INAF Brasil, que utilizou o mesmo corte para esse grupo 95 ou mais pontos na escala INAF.

Os números são gritantes e refletem a realidade alfabética de um grupo de pessoas que já não

mais esta inserida na escola, porém que passou por ela. Cerne este, que Lima (2012) suscita e indaga, se de fato, a escola tem cumprido o seu papel formador, ou se acaba também por ofertar a sociedade um desserviço, pois produz indivíduos supostamente alfabetizados, sem mínimas condições de letramento. (LIMA 2012)

O FRACASSO ESCOLAR NAS SUAS DIFERENTES PERSPECTIVAS

Ao contemplar a dinâmica escolar de modo mais amplo, percebemos que discutir a garantia de acesso e permanência a uma escola pública, não são mais suficientes. Partimos do pressuposto que o serviço ofertado por esta escola, deve conter níveis satisfatórios de aprendizagem.

O fracasso escolar, conceito usado de maneira genérica segundo Charlot (2000), pois é e um objeto de pesquisa restrito, e assim, acaba por suscitar uma diversidade de outras temáticas que se auto relacionam: como indisciplina, reprovação escolar, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros, partindo de interpretações de assuntos pertinentes ao contexto escolar, mas não a fracasso escolar, que pode agregar a todas estas prerrogativas ou a nenhuma, dentro desta conjuntura acaba por receber diversos sinônimos, como se tratasse do mesmo assunto. Na busca por autores que distinguem o que viria a ser o “fracasso escolar” sob uma perspectiva histórica que permeie até os dias atuais, encontramos Patto (1992), que partindo de uma vertente de materialismo dialético e de modo prelúdio, inaugura uma ampla discussão sobre os ensejos e características do que viria a definir como fracasso.

A primeira descrição do tema feita por Patto (1992), relata que um dos primeiros moldes do fracasso que passou a ser utilizado pela escola para explicar algumas de sua fragilidades, foi projetado entre os médicos e negros, no século XIX, isso pois, influenciados pelo darwinismo social, buscava produzir provas sobre a inferioridade dos pobres e não brancos. Essa linha de pensamento, pressupõem que, em uma sociedade aberta, onde a mesmas oportunidades são ofertadas a todos, vencem os mais preparados. Este discurso passou a ser usado também pela escola a partir de sua democratização. Uma vez que todos passaram a ter direito ao acesso, pobres e negros não se evidenciavam porque eram descendentes de uma raça inferior.

Já no século XX recebe-se a contribuição da Psicologia Diferencial, uma das vertentes da psicologia, que Segundo Patto (1992), fundamenta-se no estudo do comportamento humano, a compreensão dos processos mentais e a procura de causas e compreensão e consequências das diferenças psicológicas entre da cada um de

nós. Assim, explicava o fracasso através das diferenças individuais de cada aluno, podendo esta diferença ser física ou intelectual, neurologia ou emocional.

À partir da década de 70, Patto (1992) descreve ainda, que nasce uma nova projeção sobre a origem do fracasso, uma teoria que acabou conhecida como Carência Cultural, isso pois, retirou do indivíduo toda a responsabilidade pelo seu insucesso e transferiu este para a família e para a sua condição precária de vida. O fracasso do aluno na escola advinha da carência de cultural proveniente do ambiente em que este vivia, retratando que as crianças pobres tinham dificuldade de aprender, por terem menos cultura do que as crianças ricas.

A crença nesta teoria é justificada pela ideia de que os fatores sócio culturais, influenciam diretamente nas características físicas, emocionais e cognitivas de cada indivíduo, inferindo diretamente em sua capacidade de aprender. Essa teoria agravou o “aprofundamento da má qualidade da escola que se oferece as camadas mais populares da população, uma vez que justifica o barateamento do ensino ofertado aos indivíduos advindos da classe mais popular, em decorrência da falta de capacidade que os mesmos teriam para aprender, vez que fora de um ambiente cultural pleno, rico e abastado estariam fadados ao fracasso. (PATTO, 1997, p. 47).

Ao retratar a expansão da teoria da Carência Cultural, que segundo Patto (1990) foi defendida por ela mesma erroneamente em sua tese de mestrado, a diferença crucial percebida nesta perspectiva até os dias atuais é a disparidade presente nos padrões culturais da classe média. Para, Carraher, Carraher, & Schliemann (1982, p. 86), o fracasso escolar aparece como um “fracasso da escola”, pois esta mostra estar, desprovida de compreensão da real capacidade do aluno para o aprendizado, por vezes, não acredita nele, desconhece o processo de aprendizagem e só pode ensinar bem, quem sabe como se aprende. Sendo aí uma dificuldade em estabelecer um paralelo entre o conhecimento cultural trazido pelo aluno e o conhecimento prático e curricular, que traria significado a estas experiências.

Também não há como deixar de descrever outra teoria, que sob uma linha mais crítica, em uma perspectiva mais marxista da sociedade, destacam uma crítica consistente aos apontamentos que as demais linhas fazem sobre o indivíduo e sua família. Pois, contudo, os culpabilizam como únicos responsáveis pelo seu fracasso escolar, uma vez que tiram do Estado, das Instituições e da própria sociedade, sua corresponsabilidade para com o indivíduo, abandonando-os a mercê de sua própria sorte, principalmente quando integrantes das camadas mais populares.

Nesta perspectiva, estado, escola e sociedade servem a um grupo interessado em

manter sua hegemonia. Utilizando-se também da escola para excluir as camadas mais pobres, fazendo com estas continuem na mesma linha de pobreza econômica e cultural, sem possibilidades de ascensão. Garantindo a estes, o acesso, a permanência, mas não a qualidade educacional necessária para que seus indivíduos tenham condições e habilidades desenvolvidas para intervir ativamente na sociedade. Desse modo, estes sujeitos passam pela escola, não sendo emancipados por ela. (PATTO, 1981)

A EXCLUSÃO SOCIAL PROMOVIDA ATRAVÉS DO FRACASSO ESCOLAR

Spozat afirma que,, é frequente a associação feita entre o fracasso escolar e uma incompleta passagem pelo Ensino Fundamental, ou seja, se o Ensino Fundamental é constituído por 9 anos hoje, não completar este período escolar, por abandono ou dificuldade seria considerado um fracasso. Enquanto o contrário, viria a ser um indicador de inclusão social. (SPOZAT 2000 p. 22)

Para melhor explicar isso, recorreremos a Paulo Freire, que tão bem classificava o modelo de educação concedida a classe mais vulnerável da população, segundo ele uma “educação bancária”, que em sua essência capitalista resolveria todo o dilema da exclusão social de modo maquiado. Para isso bastaria que, a universalização do ensino público fosse uma realidade: acesso e permanência garantido a todos. Uma lei que promovesse poderes a um Conselho Tutelar, que por sua vez, obrigasse pais e responsáveis a matricular e manter seus filhos em idade escolar na escola. E por fim, uma instituição pouco reflexiva, com possibilidades de um fazer pedagógico mais vulnerável, com um sistema de avaliação pouco enriquecido, dizemos, uma escola sem muitas cobranças, sem avaliações, como poucos critérios para aprovação e até mesmo com possibilidades de promoção automática em determinadas etapas.

As medidas retratadas acima, consistem em algum valor, mas será que de fato, as mesmas medidas afastam ou tornam-se garantia de ainda mais exclusão social. Nos indagamos sobre o fato de, se facilitar o processo de acesso ao saber sistematizado para um determinado grupo, não seria uma forma de descaracterizar todo seu potencial e por fim, submetê-los ao insucesso. (SPOZAT 2000 p.8)

Uma vez garantido o acesso dessas crianças à escola, a pesquisadora ressalta que pouco ou nenhum esforço é realizado para manter esta criança na instituição pela própria instituição,

isso pois, a escola como espaço cultural, por vezes desconhece a própria realidade onde esta inserida e acaba por ser transformada em uma dicotomia no mesmo território. Fazendo com que, comunidade e alunos não desenvolvam em si, um sentimento de pertença a esta escola. Deste modo, sem essa significação, abandonam o transcurso do processo, pois não sentem-se parte “desta” e do paralelo estabelecido pela mesma. (SPOZATI 2000, p. 9)

Dentro deste panorama, percebemos que o acesso a educação por si só, não é capaz de garantir a equidade dentro de uma sociedade, de torná-la mais justa, resolvendo todas as disparidades percebidas nesta ordem. Basta que façamos uma leitura, como sugere Spozat (2000), sobre as próprias cartilhas neoliberais. Estas são as primeiras a incentivar investimentos educacionais, mas em sua essência, buscam mão de obra capaz de ser utilizada pelo mercado. Numa sociedade onde tudo vira mercadoría, num momento em que a competição feroz fala mais alto que a solidariedade e a cidadania, vale a pena lembrar, para despertar o nosso senso social adormecido, o que disse Albert Einstein:

“Eu, enquanto homem, não existo somente como criatura individual mas me descubro membro de uma grande comunidade humana. Ela me dirige, corpo e alma, desde o nascimento até a morte, Meu valor consiste em reconhecê-lo. Sou realmente um homem quando meus sentimentos, pensamentos e atos têm uma única finalidade: a comunidade e seu progresso. Minha atitude social, portanto, determinará o juízo que têm sobre mim, bom ou mau.” (EINSTEIN 1981)

Em uma sociedade dividida em classes e com uma escola que, segundo o materialismo dialético é uma reprodutora social, estas diferenças tão percebidas na instituição são apenas um prefácio do que será vivido pelo indivíduo quando este encontrar-se fora dela.

As discussões sobre inserção social e exclusão social são muito atuais e não tratam de um processo novo, em meio a tanta ciência, a tantos estudos e tecnologias é difícil não se perguntar o como tanta desigualdade continua a ser permitida. Para Dubet (2003), a oferta escolar não é homogênea e não produz sempre o mesmo desempenho; não tem sempre a mesma eficácia para todos, e sem dúvida, definida pelo reforço dos processos sociais de exclusão com o aumento das desigualdades. Para isso é necessário se redefinir qual é o papel da escola em uma estrutura social que desenvolve processos de exclusão. Todavia, é necessário que o fazer pedagógico esteja vinculado a um processo de equidade, base na qual na qual precisa ser reconstruída nossa sociedade. (SPOZAT 2000)

CONCLUSÃO

O compromisso e interesse da educação nos move no sentido de buscar responder aos questionamentos advindos da prática escolar e do fazer pedagógico, como objetivo deste estudo, nos debruçamos aos fatores que remetem a responder, se, por sua vez, a escola pública, mesmo não sendo uma garantia de ascensão social a todos os seus alunos, consegue ao menos atingir sua clientela com padrões mínimos e crítico de qualidade, tornando-os capaz de compreender o mundo e a sociedade que o cerca.

Contudo a análise dos números verídicos aqui citados, nos levam a diagnosticar que, a problemática enfrentada é ainda mais complexa do que parece. De fato, a escola tornou-se acessível a todos, porém o serviço ofertado por ela, não tem padrões definidos e enrijecidos. Os incentivos promovidos para a aprendizagem não são suficientes para alcançar o aluno, cujo, concluiu sua trajetória pela educação básica, sem condições eficazes de fazer uso posterior destes saberes sistematizados. Isso pois, não adquirirão domínio de conceitos considerados primordiais. Contudo, percebemos a necessidade de um fazer educativo que objetive a qualidade da formação para todos, tendo em vista a dignidade humana, a igualdade de direitos, a ausência de discriminação e de respeito.

Por fim, concluímos que a escola é determinada e determinante na construção do desenvolvimento social esperado, isso pois, deve preparar seus cidadãos para compreender o contexto social em que estão inseridos e responder à altura aos desafios enfrentados por esta sociedade. Desse modo, não há como não se preocupar, a falta de uma instituição escolar ativa, com objetivos claros, ciente de sua responsabilidade, exclui ainda mais seus indivíduos. Pois, acaba por precarizar sua existência, os reduzindo a objetos de domínio de uma classe dominante que pretende ainda mais poder, fator este capaz de comprovar que, apenas o acesso universal a escola não é suficiente para estancar as injustiças sociais tão presentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. Art. 205

CARRAHER, T. N., CARRAHER, D. W., & SCHLIEMANN, A. D. (1982). **Na vida dez, na escola zero: Os contextos culturais da aprendizagem de matemática**. Cadernos de Pesquisa, 42, 79-86.

CHARLOT, B. (2000). **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed.

COHEN, R. H. P. (2004). **O traumático encontro com os outros da educação: A família, a escola e o estado**. *Psicologia em Revista*, 10, 256-269.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **À L'école: sociologie de l'expérience scolaire**. Paris: Seuil, 2003.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981

FREIRE, P. (2000). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

INAF. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. Instituto Montenegro. São Paulo. (2016)

INEP (2000) **Mapa do analfabetismo brasileiro**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. Acesso em 15/08/2017, de <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>

LIMA, Margareth Brainer de Queiroz. **Ensino de leitura e de escrita para crianças em processo de alfabetização: saberes e práticas docentes**. disponível em > http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/BRAINER_Margareth_TESE.pdf> acesso em 09/05/2017

OLIVEIRA, R. P. de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007 Disponível em .acessos em 23 dez. 2011. [http://dx. doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003).

PATTO, M. H. S. **A família pobre e a escola pública: Anotações sobre um desencontro**. *Psicologia USP*, 3(1/2), 107-121.

SETÚBAL, M. **Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, maio/ago. 2010.

SOARES, J. F.. **Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos no ensino fundamental**.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 130, 2007. p. 135-160

SPOZATI, A. Exclusão Escolar e Fracasso Escolar: O que pensam outros especialistas. São Paulo, Educ. (2000)

TFOUNI, L. V, PAULA, F. S. (2009) **A persistência do fracasso escolar: desigualdade e ideología.** Disponível em>

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200012>

Acesso em 22/07/2017